

## PROJETO BÁSICO

### 1. OBJETO

#### 1.1. ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS DA CONTRATAÇÃO

- Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são discriminados nos Anexos V, VI e VII
- O contrato terá prazo de execução de **270 (duzentos e setenta) dias corridos**.
- O regime de execução do contrato será o de **empreitada por preço global**.

#### 1.2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

O objeto da licitação tem a natureza de obra de engenharia.

O objeto da presente contratação é a **Obra de Reforma de fachadas para proteção das janelas, varandas e reforço estrutural da subestação para a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/FIOCRUZ) – Manguinhos/RJ**.

Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados no anexo do Projeto Básico.

O contrato terá vigência pelo período de 13(treze) meses, sendo prorrogável apenas na forma do art. 57, §1º da Lei nº 8.666, de 1993.

O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço global.

### 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Esta contratação se justifica pelas necessidades prementes de solucionar questões de risco na busca de gerar maior segurança aos trabalhadores e usuários da EPSJV/FIOCRUZ.

Estas necessidades foram constatadas a partir:

- 1 Da Formalização de Demanda;
- 2 Do “*Relatório Analítico de Segurança – Risco de Impacto Balístico em usuários da EPSJV e Central de Laboratórios do INI*” elaborado, em setembro de 2017, pelo DVSP/COGIC<sup>1</sup>, o qual assinala os registros da situação de risco detectado para a fachada principal;
- 3 Da realização de várias visitas ao local pela equipe de engenharia da COGIC/Fiocruz, a qual desenvolveu um Estudo Técnico Preliminar onde foram identificadas problemáticas e apontadas soluções tanto para as estruturas físicas do prédio do almoxarifado quanto para aquelas ligadas à questão da proteção das janelas da fachada norte (acesso principal) e varandas internas do prédio principal, entre outras.

---

<sup>1</sup> Departamento de Vigilância e Segurança Patrimonial (DVSP) da Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi (COGIC).

### **2.1.1. JUSTIFICATIVA NO QUE SE REFERE A ALTERNATIVA ESCOLHIDA, NOTADAMENTE QUANTO A VIABILIDADE TÉCNICA, ECONÔMICA E AMBIENTAL DO SERVIÇO**

Os critérios de sustentabilidade estabelecidos para a obra e para os projetos descritos neste documento foram objeto de uma análise de todos os aspectos que envolvem as necessidades de tratamentos das patologias e de adequação às normas pertinentes para a edificação e entorno existentes, pois, trata-se de uma reforma.

As motivações para a escolha das características dos materiais e processos de trabalho para a obra foram:

- a) O menor impacto em relação aos materiais já existentes, mediante monitoramento e controle a ser exercido pela Fiscalização, com a aplicação dos métodos de utilização, acondicionamento, separação e descarte responsável conforme preconiza a com a Resolução 307, de 05 de julho de 2002 do CONAMA;
- b) A condição mais vantajosa para a Administração Pública quanto ao custo e benefício levando em consideração a segurança e durabilidade diante do ciclo de vida do material com a maior carga de eficiência e maior economia a médio e longo prazo, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto social e ambiental;
- c) O emprego de tintas à base de água nos locais passíveis de serem aplicadas;
- d) O Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), de acordo com a Resolução 307, de 05 de julho de 2002 do CONAMA. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Projeto, a CONTRATADA deverá comprovar que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, NBR nos 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004;
- e) O emprego de fôrmas pré-moldadas fabricadas em material que permita a reutilização, quando aplicável;
- f) A conformidade da Madeira utilizada na edificação ou no canteiro de obras com os critérios constantes no item 5.1.8, alínea b;
- g) Utilização de andaimes e escoras, preferencialmente metálicos, ou de material que permita a reutilização;
- a) A especificação de produtos e equipamentos para a obra que sejam mais duráveis e que possam ser reparáveis durante a execução;
- b) A observância de que a CONTRATADA busque utilizar equipamentos que apresentem menor consumo e maior eficiência energética dentro de cada categoria, optando, por exemplo, preferencialmente, pela utilização de lâmpadas LED no barracão e escritório da obra;
- c) A exigência, pela Fiscalização, de que a CONTRATADA execute práticas de sustentabilidade objetivamente definidas e veiculadas;
- d) A previsão de espaço físico específico para a coleta e armazenamento de materiais recicláveis;
- e) A prioridade para emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras;
- f) A preservação de espécies nativas e compensação da vegetação suprimida, quando aplicável;
- g) A plantio de espécies vegetais e criação de espaços verdes de convivência, quando aplicável.;
- h) A construção de rampas com inclinação adequada para acesso dos pedestres e plataforma para travessia de ruas pelos pedestres, quando aplicável.;
- i) A instalação de piso tátil direcional e de alerta, quando aplicável.;
- j) A observância de que a CONTRATADA atenda às normas regulamentadoras expedidas pelo MTE, quanto à Segurança, Medicina do Trabalho, Programa Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho, Adesão, por meio de cláusula contratual, ao "Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as condições de Trabalho", Capacitação de todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, observada a carga horária mínima, conforme a Resolução CNJ 98/2012.

## 2.2. OBJETIVOS DA CONTRATAÇÃO

1. Realizar obra que permita proteção preventiva para as áreas das janelas vulneráveis localizadas em frente à Avenida Leopoldo Bulhões e para as varandas internas expostas à região onde há trajetória de projéteis (bairro de Manguinhos);
2. Realizar obras de manutenção corretiva e preventiva com especificações técnicas de materiais, sob critérios de sustentabilidade;
3. Respeitar a economia da manutenção e operacionalização da edificação ou conjunto de edificações, com utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental preservando o bem imóvel da União;
4. Obter melhor preço para execução da obra com base em planilhas orçamentárias com quantitativos pautados no histórico de obras, nas planilhas SINAPI e/ou nos preços de mercado, quando aplicável;
5. Buscar viabilizar uma infraestrutura física necessária e mais adequada para a segurança de usuários, trabalhadores e visitantes.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Projeto Básico.

## 4. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 4.1. MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO

Trata-se de obra a ser CONTRATADA mediante licitação, na modalidade Regime Diferenciado de Contratação – RDC Eletrônico.

A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

O modo de disputa será Aberto.

O critério de julgamento da proposta é o maior desconto global.

Será permitida a participação de consórcios.

Os consórcios ficam limitados a 02 (duas) empresas consorciadas.

Com base nos resultados técnicos obtidos por meio de contratação de empresa especializada<sup>2</sup> foi possível identificar patologias, riscos prováveis, necessidade de atendimento às Normas Técnicas para o prédio do Almoxarifado.

Com base no “Relatório Analítico de Segurança” elaborado, em setembro de 2017, pelo DVSP/COGIC<sup>3</sup> foi possível obter orientações que nortearam uma proposta arquitetônica que viesse a subsidiar a elaboração de um projeto executivo de

---

<sup>2</sup> Contrato nº 027/2012. Processo nº 25389.000197/2012-42. Pregão eletrônico nº 028/2012. Empresa vencedora e contratada: CONCREMAT Engenharia e Tecnologia S.A.

- Objeto do contrato (2013): Serviço Técnico para Monitoramento da Movimentação e Mapeamento das Anomalias nas Estruturas dos Edifícios do Prédio Principal e Anexo Biblioteca / Auditório da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Campus da Fiocruz / Manguinhos – RJ.

- Relatório Parcial: Diagnóstico das Fissuras e outras Anomalias do Prédio do Almoxarifado.

- Relatório Parcial: Projeto Executivo de Recuperação do Prédio do Almoxarifado.

<sup>3</sup> Departamento de Vigilância e Segurança Patrimonial (DVSP) da Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi (COGIC).

estruturas metálicas para proteção das áreas das janelas da fachada principal e varandas internas. Este projeto executivo foi contratado<sup>4</sup> e cujos resultados fazem parte dos documentos orientativos à execução da obra – objeto desta contratação.

Portanto, diante das constatações e resultados das contratações mencionadas, somado às próprias avaliações do corpo técnico da COGIC, foi estabelecido a necessidade premente de execução de obra de reforma para todos os elementos que se apresentam deteriorados, inadequados às normas vigentes e/ou que expõem riscos a vida de alunos, visitantes e/ou trabalhadores.

**a) Para o prédio do principal:**

- As áreas das janelas da fachada principal e varandas internas apresentam vulnerabilidade em relação a projéteis;
- Ausência de pontos de ancoragem e Sistema de Linha de Vida (equipamentos de proteção) para manutenção, a partir de dois metros de altura em edifícios com, no mínimo, doze metros de altura ou quatro pavimentos, conforme NR 35;
- O acesso principal da fachada principal apresenta vulnerabilidade em relação a projéteis;
- As passarelas de acesso à Biblioteca (1º., 2º. e 3º. Pavimentos) recebem as intempéries das chuvas e ventos constantes;
- As platibandas do perímetro interno apresentam-se a pintura completamente manchadas e esbranquiçadas.

**b) Para o prédio do Almoxarifado, Oficina e Subestação:**

- Existem várias patologias, tais como fissuras na interface de elementos (alvenaria x concreto), alvenarias em regiões intermediárias, alvenarias em regiões de aberturas para esquadrias;
- Há presença de movimentação inadequada de viga na área da subestação;
- A área de ventilação do ambiente da subestação apresenta-se em altas temperaturas capazes de danificar equipamentos;
- Ausência de pontos de ancoragem e Sistema de Linha de Vida (equipamentos de proteção) para manutenção, a partir de dois metros de altura em edifícios com, no mínimo, doze metros de altura ou quatro pavimentos, conforme NR 35.

**c) Biblioteca e Auditório**

- Ausência de pontos de ancoragem (equipamentos de proteção) para manutenção, a partir de dois metros de altura em edifícios com, no mínimo, doze metros de altura ou quatro pavimentos, conforme NR 35;

**d) Para o Pátio Circular**

- Ausência de pontos de ancoragem e Sistema de Linha de Vida (equipamentos de proteção) para manutenção, a partir de dois metros de altura em edifícios com, no mínimo, doze metros de altura ou quatro pavimentos, conforme NR 35;
- Calha repletas de sujidades.;
- Telhas tipo sanduiche com ferrugem em várias regiões.

---

<sup>4</sup> Contrato nº 030/2020. Processo nº 25389.100125/2020-12 - Contratação de serviço para a elaboração de projeto executivo de estruturas metálicas para proteção das áreas das janelas da fachada principal e varandas internas da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/FIOCRUZ) – Manginhos/RJ.

e) Biblioteca e Auditório

f) Castelo D'água

- Ausência de pontos de ancoragem para manutenção, a partir de dois metros de altura em edifícios com, no mínimo, doze metros de altura ou quatro pavimentos, conforme NR 35.

#### 4.2. FORNECIMENTO DE UMA VISÃO GLOBAL DO SERVIÇO E IDENTIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS CONSTITUINTES

##### 4.2.1. INFORMAÇÕES SOBRE O EMPREENDIMENTO

###### A. LOCALIZAÇÃO:

O complexo da EPSJV/Fiocruz está localizado na Avenida Brasil, 4365 - Manguinhos, Rio de Janeiro – RJ.



###### B. ABRANGÊNCIA DO EMPREENDIMENTO

O empreendimento caracteriza-se por obra de reforma em 05 (cinco) prédios de um complexo formado por 07 (sete) prédios ou construções, assim discriminados:

- 1º. – **Prédio Principal** (16,50m de altura aproximadamente): com 03 (três) pavimentos (5.231,12 m<sup>2</sup>), mais cobertura;
- 2º. – **Prédio do Almojarifado, Oficina e Subestação** (7,50m de altura aproximadamente): com 02 (dois) pavimentos (340,87 m<sup>2</sup>), mais cobertura;
- 3º. – **Prédio da Biblioteca e Auditório** (13,00m de altura aproximadamente): com 03 (três) pavimentos, sendo um deles terraço (1.293,57 m<sup>2</sup>), mais cobertura;





Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**

Fundação Oswaldo Cruz

Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi

4º. – **Pátio Circular em estrutura metálica** (5,50m de altura aproximadamente): com 01 (hum) pavimento coberto (208,49 m²).

5º. – **Castelo D'água (22,00m de altura aproximadamente).**

Notas:

- 1 As metragens quadradas apresentadas acima correspondem as áreas totais das edificações e não refletem as metragens específicas a serem tratadas na obra;
- 2 As metragens e/ou itens e/ou elementos que são objetos da obra estão discriminadamente expostas na Planilha de Custos – base, a qual faz parte do Edital.

### C. IMAGENS ILUSTRATIVAS DO COMPLEXO EPSJV

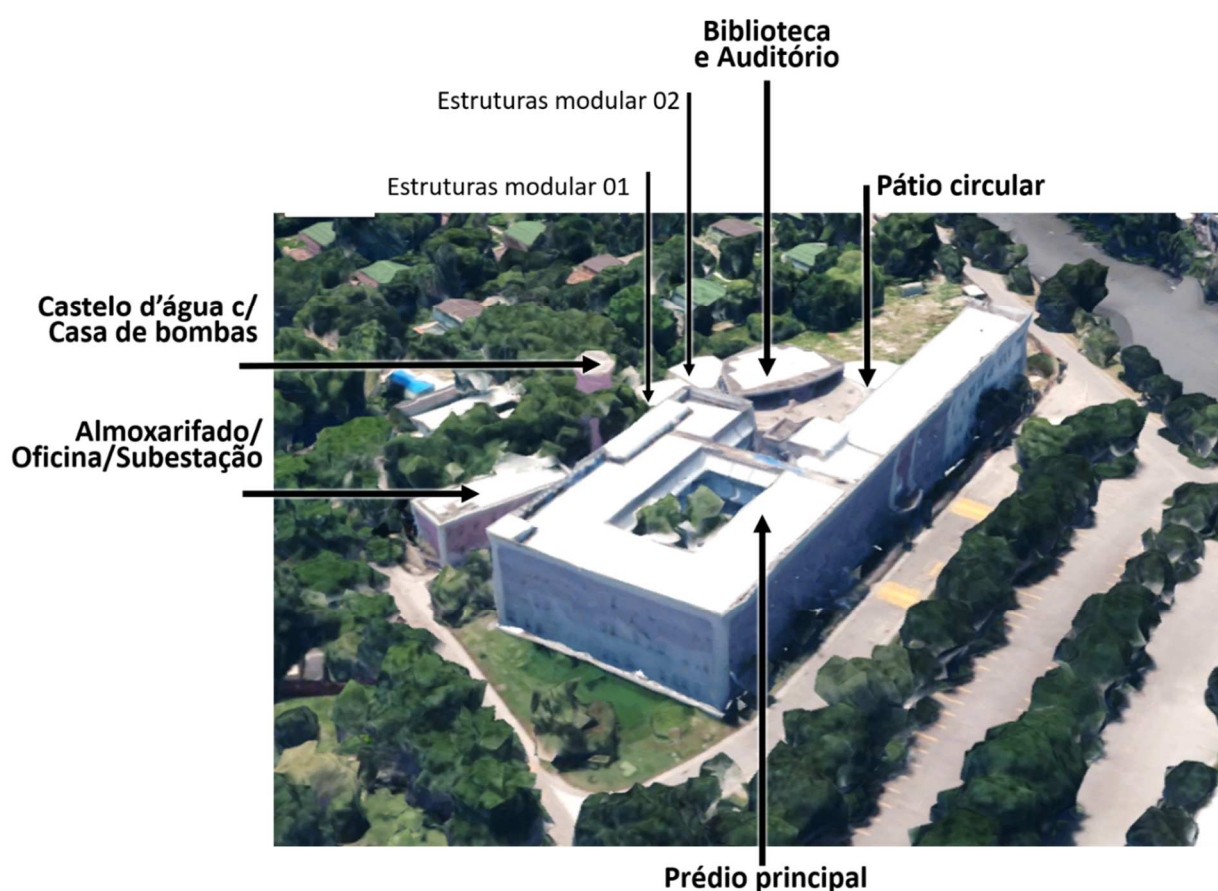


Imagem da vista aérea. Fonte: Google Maps em 21/04/2020.

O empreendimento que se pretende com esta contratação está contido no Programa de Necessidades apresentado a seguir.

### D. PROGRAMA DE NECESSIDADES

#### ❖ PRÉDIO DO PRINCIPAL:

- a) Execução de estrutura metálica, incluindo fundações, para proteção das áreas das janelas da fachada principal e varandas internas (fundos);



- b) Execução de pintura da fachada principal em função das conexões da nova estrutura metálica vinculada e adjacente à fachada existente;
- c) Execução de remanejamento das instalações existentes de drenagem, hidráulica, elétrica entre outras, as quais impossibilitam a execução das fundações e vigas a serem fixadas nas estruturas existentes do prédio principal;
- d) Execução de instalação de SPDA das novas estruturas metálicas conectando-o ao SPDA existente, conforme projeto;
- e) Remoção da porta de acesso principal existente (Recepção) com instalação de nova porta, em função da necessidade de proteção, incluindo reforço da laje de piso;
- f) Remoção com execução de nova calçada limítrofe à fachada principal, incluindo escada e rampas de acesso ao prédio principal, em função das conexões da nova fundação da estrutura metálica vinculada e adjacente à fachada existente (Recuperação urbanística);
- g) Remoção com execução de novas bases para mastros e bandeiras, as quais estão em frente ao prédio principal, que precisou ser removida para a execução das fundações da nova estrutura metálica vinculada e adjacente à fachada existente (Recuperação urbanística);
- h) Reconstrução ou construção dos elementos danificados pela obra, incluindo, placas do rebaixo em gesso dos tetos do da Recepção do Prédio, em função da fixação das peças da estrutura metálica vinculada e adjacente à fachada e/ou a elementos existentes;
- i) Execução de pintura do ambiente da Recepção do Prédio, incluindo tetos e paredes, em função da fixação das peças da estrutura metálica vinculada e adjacente à fachada e/ou a elementos existentes;
- j) Elaboração de Projeto Executivo e obra para instalação de pontos de ancoragem para manutenção a partir de dois metros de altura em edifícios com, no mínimo, doze metros de altura ou quatro pavimentos, conforme NR 35;
- k) Instalação de venezianas metálicas, conforme o padrão existente no local, para proteção contra as intempéries (chuvas) para as passarelas de acesso à Biblioteca (1º. e 2º. pavimentos), incluindo recomposição dos elementos danificados pela fixação/instalação das mesmas (forros/rebaixos em gesso, pinturas dos tetos e paredes);
- l) Execução de preparação da superfície para pintura das platibandas do perímetro interno do prédio e das varandas (trechos externos) onde serão instaladas as proteções balísticas.

#### ❖ **ALMOXARIFADO, OFICINA E SUBESTAÇÃO**

- a) Tratamento das fissuras na interface de elementos (alvenaria x concreto);
- b) Tratamento das fissuras nas alvenarias em regiões intermediárias;
- c) Tratamento das fissuras nas alvenarias em regiões de aberturas para esquadrias;
- d) Preparo da superfície para aplicação de proteção superficial (lixamento e limpeza), em função dos danos causados pelos tratamentos das patologias;
- e) Aplicação de proteção superficial;
- f) Reforço estrutural com adição de pilar com sapata isolada na subestação;
- g) Reforço estrutural para as vigas do 1º. Teto (subestação) com adição de perfis metálicos (vigas);
- h) Remoção com substituição das esquadrias da subestação visando maior ventilação do ambiente;
- i) Elaboração de Projeto Executivo e obra para instalação de pontos de ancoragem e Sistema de Linha de Vida (equipamentos de proteção) para manutenção, a partir de dois metros de altura em edifícios com, no mínimo, doze metros de altura ou quatro pavimentos, conforme NR 35;
- j) Demolição de alvenarias internas no 2ª pavimento (sobre a subestação), com substituição por painéis em estruturas tipo “drywall”, incluindo pintura e rodapés. Isto visa atender as recomendações do projeto de implementar solução de divisão de ambientes com materiais mais leves do que o tijolo comum ou de concreto;

- k) Recomposição dos elementos danificados pela obra, incluindo, forro em gesso e substituição de placas do forro removível (rebaixo);
- l) Execução de pintura interna de todos os ambientes existentes, incluindo tetos e paredes.

❖ **BIBLIOTECA E AUDITÓRIO**

- a) Elaboração de Projeto Executivo e obra para instalação de pontos de ancoragem para manutenção em edifícios com, no mínimo, doze metros de altura ou quatro pavimentos, conforme NR 35 (Projeto e obra de instalação).

❖ **PÁTIO CIRCULAR**

- a) Elaboração de Projeto Executivo e obra para instalação de pontos de ancoragem e Sistema de Linha de Vida (equipamentos de proteção) para manutenção, a partir de dois metros de altura em edifícios com, no mínimo, doze metros de altura ou quatro pavimentos, conforme NR 35;
- b) Execução de limpeza de calha;
- c) Substituição das telhas tipo sanduiche com remoção de todas as existentes.

❖ **CASTELO D'ÁGUA**

- a) Elaboração de Projeto Executivo e obra para instalação de pontos de ancoragem para manutenção, a partir de dois metros de altura em edifícios com, no mínimo, doze metros de altura ou quatro pavimentos, conforme NR 35.

#### **4.3. ESPECIFICAÇÃO DO DESEMPENHO ESPERADO**

Com base neste documento – Projeto Básico, nos projetos, no planejamento proposto pela CONTRATANTE e pelo que deve ser elaborado, apresentado e cumprido pela CONTRATADA, a Administração Pública espera obter sucesso com esse empreendimento, inclusive, a logística da obra será previamente aprovada pela Fiscalização, tanto quanto realizará os devidos acompanhamentos de sua execução, conforme preconiza a Lei.

#### **4.4. SOLUÇÕES TÉCNICAS ADOTADAS**

Este Projeto Básico foi elaborado com base em visitas técnicas aos locais realizadas por profissionais especializados (engenheiros e arquitetos) do DAE/COGIC/Fiocruz.

Foram contratados e elaborados projetos e planos de obra com critérios previamente estabelecidos de modo a evitar e/ou minimizar reformulações e/ou ajustes acentuados, durante a fase de execução.

As soluções técnicas adotadas foram amparadas por memórias de cálculo e de acordo com os projetos e planejamentos previamente estabelecidos.

Todos os projetos de engenharias e de arquitetura e os relatórios técnicos fazem parte deste Edital, além das memórias de cálculo dos quantitativos, entre outros elementos, que também estão disponíveis para consulta.

#### **4.5. IDENTIFICAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES DOS TIPOS DE SERVIÇOS**

Não se aplica.



#### **4.6. PRAZOS ESTIMADOS PELA INSTITUIÇÃO**

A CONTRATANTE considera os prazos abaixo para a conclusão do empreendimento:

Prazo de execução estimado: 270 (duzentos e setenta) dias corridos.

#### **5. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO**

Todas as considerações a respeito da Vistoria estão descritas nas Premissas do Edital.

#### **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da obra, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
4. Pagar à Contratada o valor contratado, conforme cronograma físico-financeiro;
5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada;
6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
  - a) exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;
  - b) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
  - c) promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
  - d) considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
7. Fornecer por escrito as informações necessárias para a correta execução contratual
8. Realizar avaliações periódicas da qualidade do serviço prestado após seu recebimento;
9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
10. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
11. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento do objeto, conforme o caso:
  - a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
  - b) comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
  - c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
  - d) carta "habite-se", emitida pela prefeitura;

- e) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
  - f) a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 38 da Lei nº 12.462/2011.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

1. Executar o contrato conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;
2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, as obras efetuadas em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
9. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.

14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
15. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
23. Fica assegurado à CONTRATANTE, nos termos do art. 49 da Lei nº 9.610/98:
  - a) O direito de propriedade intelectual dos projetos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
  - b) Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
24. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;
25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
26. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
27. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;
28. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
29. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;
30. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.



31. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);
32. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
33. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
34. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
35. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
36. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
  - a) Cópias das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
  - b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 15/03/2014, e legislação correlata;
  - c) Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.
    - I. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
  - d) Apenas se houver dúvida fundada acerca da autenticidade dos documentos acima, conforme art. 9º do Decreto nº 9.094/17, poderá haver solicitação de cópia autenticada por cartório ou pelo servidor, mediante comparação com o original.
37. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:
  - a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
  - b) Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:



- I. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;
  - II. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
  - III. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
  - IV. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- c) Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;
- d) Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a CONTRATADA comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

38. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

- a) Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- b) Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90, e legislação correlata;
- c) Nos termos do artigo 4°, § 3°, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

39. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

40. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto Básico e demais documentos anexos;

41. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);

42. Cumprir o Acordo, Dissídio, Convenção Coletiva ou equivalente, relativo à categoria profissional abrangida no contrato bem como da legislação em vigor e não havendo na região Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva relativa à categoria



profissional abrangida no contrato, garantir os direitos trabalhistas, fixado em regulamento de trabalho ou profissão de natureza similar da região mais próxima;

43. Aceitar que a Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa CONTRATADA, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;
44. Aceitar a rescisão do contrato por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da CONTRATADA que efetivamente participarem da execução do contrato;
45. Reconhecer sua responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
46. Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela CONTRATADA, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da CONTRATADA que efetivamente participarem da execução do contrato;
47. Aceitar, em caso de descumprimento da obrigação acima, a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada e não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, aceitar que CONTRATANTE efetue o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato;
48. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
49. Subcontratar somente empresas que aceitem expressamente as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018.
50. Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1845, de 22 de Novembro de 2018.
51. Elaborar “as built”, ao final da obra, em conformidade com a NBR 14645-1:2001 da ABNT.
52. Fornecer os projetos executivos da contratação, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:
  - a) A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Projeto Básico e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos;
  - b) a execução de cada etapa será precedida de projeto executivo para a etapa e da conclusão e aprovação, pelo órgão ou entidade CONTRATANTE, dos trabalhos relativos às etapas anteriores;
    - I. O projeto executivo de etapa posterior poderá ser desenvolvido concomitantemente com a execução das obras e serviços de etapa anterior, desde que autorizado pelo CONTRATANTE
53. Em se tratando do regime empreitada por preço global a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou contratado com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do inciso III do § 4º do art. 42 do Decreto nº 7.541/2011.

54. Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá participar de reunião inicial com a CONTRATANTE para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
55. Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subCONTRATADAS no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006.
56. Substituir a empresa subCONTRATADA, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subCONTRATADA.
57. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

## **8. DA SUBCONTRATAÇÃO**

É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

A subcontratação está prevista no instrumento convocatório, possibilitando que terceiro, que não participou do certame licitatório, realize parte do objeto.

A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subCONTRATADA cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

- No caso de obras, somente será autorizada a subcontratação de empresas que expressamente aceitem o cumprimento das cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas, previstas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subCONTRATADA, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

### **8.1. SERVIÇOS PASSÍVEIS DE SUBCONTRATAÇÃO**

Os serviços passíveis de subcontratação estão descritos no documento do Edital: Premissas da Contratação.

### **8.2. DOCUMENTAÇÃO DE EMPRESA SUBCONTRATADA**

Caberá à CONTRATADA o envio da seguinte documentação ao setor de Controle de Processos, em até 10 (dez) dias antes de cada medição de serviços:

- Contrato de prestação de serviço entre a CONTRATADA e a SubCONTRATADA;
- Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e/ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT do profissional responsável pelos serviços.
- Documentação trabalhista da equipe da empresa subCONTRATADA:
  - Cópia da CTPS (página da foto, filiação e contrato);
  - Cópia da ficha de registro;
  - Cópia do ASO atualizado;
  - Carta de encaminhamento de crachás;

- Crachás assinados pela empresa (Na Logo da empresa deverá conter o nome da SUBCONTRATADA a SERVIÇO da CONTRATADA);
- Outros que se fizerem necessários.

## **9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

Não haverá rescisão contratual em razão de fusão, cisão ou incorporação do contratado, ou de substituição de consorciado, desde que mantidas as condições de habilitação previamente atestadas.

## **10. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993. Será composto da seguinte forma:

- 1º. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 2º. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.
- 3º. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 4º. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 5º. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 6º. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7º. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 8º. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 9º. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 10º. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

- 11º. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 12º. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 13º. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 14º. Cumpre, ainda, à fiscalização:
- a) solicitar, mensalmente, por amostragem, que a CONTRATADA apresente os documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados alocados na execução da obra, em especial, quanto:
    - I. ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
    - II. à concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;
    - III. à concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
    - IV. aos depósitos do FGTS; e
    - V. ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
  - b) solicitar, por amostragem, aos empregados da CONTRATADA, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes, por meio da apresentação de extratos, de forma que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano da contratação, o que não impedirá que a análise de extratos possa ser realizada mais de uma vez em relação a um mesmo empregado;
  - c) oficiar os órgãos responsáveis pela fiscalização em caso de indício de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS;
  - d) somente autorizar a subcontratação se as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018 forem expressamente aceitas pela subCONTRATADA.
- 15º. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- a) Ir diariamente ao local de execução da obra.
- 16º. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **11. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

O recebimento e a aceitação do objeto se darão conforme o MANUAL DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇO DE ENGENHARIA do DAE/Cogic e conforme itens abaixo, complementares e/ou esclarecedores.

## 12. PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, conforme cronograma físico-financeiro.

Os critérios para pagamento do aço blindado estão definidos no Edital

Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Projeto Básico. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;
- o período de prestação dos serviços;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- não produziu os resultados acordados;
- deixou de executar as atividades CONTRATADAS, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.



Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

- Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão CONTRATANTE, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

No caso de obras, caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações de que trata a IN SEGES/MP nº 6, de 2018, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

- Na hipótese prevista no subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- O contrato poderá ser rescindido por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos de não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da CONTRATADA que efetivamente participarem da execução do contrato.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \left( \frac{6}{365} \right) \cdot TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\% = 0,00016438$$

### 13. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Administração prevê garantia da execução nas premissas da contratação e se dará conforme itens abaixo que as complementa e/ou esclarece.

1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
  - a) A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
  - b) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual.
4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
  - a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
  - b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
  - c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
  - d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.
5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.
11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
12. Conforme a lei 8.666, de acordo com o art. 48: "Dos licitantes classificados na forma do parágrafo anterior cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem às alíneas "a" e "b" do § 1º no art. 48 da referida lei, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no § 1º do art. 56, igual a diferença entre o valor resultante do parágrafo anterior e o valor da correspondente proposta. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998).

13. A garantia a que se refere ao item anterior será liberada e/ou restituída após a comprovação do cumprimento e aceitação definitiva do objeto do Contrato.
14. Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.
16. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

#### 14. REAJUSTE

Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o **Índice Nacional da Construção Civil - INCC** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

#### 15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

*Compete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:*

- inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; ensejar o retardamento da execução do objeto;
- falhar ou fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; ou cometer fraude fiscal.
- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
  - Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
  - Multa de:
    - 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o



décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

- 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
  - 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
  - 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
  - 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
  - as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
  - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

As sanções previstas nos subitens de Garantia Contratual poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 2 e 3:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2 - Tabela de Percentuais para Sanções Administrativas



INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionários em qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

Tabela 3 - Tabela de Infrações

Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

- As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.



Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo definido em edital, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital e conforme itens a seguir.

1. A Qualificação Econômico-Financeira será conforme descrito no Edital;
2. Conforme documento de Premissas, constante do Processo, a ser inserido no Edital.
3. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
  - a) Valor Global está descrito no Anexo 5 (Planilha de Custo) do Edital.
4. O Regime de Execução será o de empreitada por preço global e deverá seguir a legislação vigente.

## **17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

O preço referencial estimado pela Administração está descrito no Anexo 5 (Planilha de Custo) do Edital.

## **18. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As informações sobre os recursos orçamentários estão descritas na Nota Técnica inserida no Processo.

## **19. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

O objeto deverá ser desenvolvido em estreita parceria com a CONTRATANTE, devendo a equipe técnica da CONTRATADA manter permanente contato com a FISCALIZAÇÃO. No entanto, é importante salientar que esta parceria CONTRATANTE/CONTRATADA não significa diluição das responsabilidades técnicas e legais da CONTRATADA.

Aos profissionais indicados pela CONTRATANTE, integrantes do Departamento de Arquitetura e Engenharia da Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi (DAE/ Cogic/Fiocruz), caberá a FISCALIZAÇÃO do Contrato, sendo responsáveis pela aprovação dos serviços e produtos gerados pela empresa vencedora da licitação, denominada CONTRATADA, bem como a definição de diretrizes e parâmetros técnicos para o desenvolvimento do projeto.

## **20. DISPOSIÇÕES GERAIS E RESPONSABILIDADES**

Apresentamos abaixo as denominações e respectivas responsabilidades gerais as quais complementam e não eliminam as responsabilidades específicas detalhadas em todos os itens deste documento e do Contrato.

**CONTRATANTE:** FIOCRUZ, órgão da Administração Pública responsável por fiscalizar a GERENCIADORA fundamentada pela Lei 8.666/93, pelas determinações do TCU e da AGU e pelos conteúdos do Edital e do Contrato.

**CONTRATADA:** Empresa a ser CONTRATADA pela Administração Pública por meio de licitação. Será a responsável técnica pela execução da obra. Será a responsável integral (legal, administrativa e operacional) do contrato e também pela contratação das subCONTRATADAS tanto para projetos quanto para a execução da obra, incluindo todas e quaisquer

questões estabelecidas nestas relações, nas quais a CONTRATANTE e a SUBCONTRATADA poderão não ter quaisquer solidariedades, porém, a CONTRATANTE poderá - independentemente - exigir substituição da(s) SUBCONTRATADA(s) caso considere pertinente devido a fatos que estejam causando ou possam vir a causar riscos e/ou danos ao objeto contratual descrito neste documento.

**SUBCONTRATADA:** Empresa(s) e/ou profissional(is), que não participou(aram) do certame licitatório e foi(ram) CONTRATADA(s) pela vencedora da licitação dentro do percentual previsto em Contrato.

Aos profissionais indicados pela CONTRATANTE, integrantes do Departamento de Arquitetura e Engenharia da Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi (DAE/ Cogic/Fiocruz), caberá a fiscalização do contrato, o acompanhamento da execução dos serviços, as aprovações técnico-constructivas necessárias e eventuais alterações de escopo deste Projeto Básico que se mostrarem necessárias.

A CONTRATADA deverá ser responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subCONTRATADAS. Em especial pontuam-se os seguintes documentos:

- Lei Federal 8.666/93 - Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;
- Cadernos de Projeto, Construção e Manutenção do “Manual de Obras Públicas – Edificações: Práticas da Secretaria de Estado e Administração do Patrimônio (SEAP)”;
- Normas estabelecidas pela Fiocruz;
- Disposições legais do Estado e Município;
- Normas de Concessionárias e Órgãos Técnicos Públicos Locais;
- “Manual de Orientações Básicas do Tribunal de Contas da União”;
- Resolução – TCU nº 240/10 – Roteiro de Auditoria de Obras Públicas.
- Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010 (critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências);
- Lei Federal 6.496/77 - Institui a Anotação de Responsabilidade Técnica;
- Lei Federal 5.194/66 - Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo;
- Normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- Normas referentes à Segurança do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, em particular as abaixo pontuadas:
  - NR 06 – Equipamento de proteção individual;
  - NR 18 – Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção;
  - NR 35 - Trabalho em Altura
- Norma da ABNT - NBR 16325-1 - Proteção contra quedas de altura Parte 1: Dispositivos de ancoragem tipos A, B e D;
- NORMA ABNT NBR 16325-2 - Proteção contra quedas de altura Parte 2: Dispositivos de ancoragem tipo C;
- Manual de Escopo de Serviços para Coordenação de Projetos – AsBEA;
- Caderno de Procedimentos para Desenvolvimento de Projetos em Sistemas CAD – Emissão D – Dezembro/1997, FIOCRUZ / DIRAC / DPO; e,
- Demais legislações que se apliquem ao objeto.

## 20.1. PADRONIZAÇÃO DE DOCUMENTOS

A CONTRATANTE possui documentação padronizada para o desenvolvimento de cada uma das atividades do Contrato.

Portanto, a CONTRATADA deverá utilizar tais padrões, os quais serão disponibilizados à CONTRATADA em momento oportuno.

## **20.2. CESSÃO DOS DIREITOS PATRIMONIAIS**

A CONTRATADA, de acordo com o art. 111 da Lei 8.666/1993, cederá os direitos patrimoniais relativos aos trabalhos elaborados, autorizando à plena e irrestrita utilização e adaptação dos serviços objetos dessa contratação.

## **20.3. CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES**

A CONTRATADA concorda em manter a mais completa confidencialidade quantos aos serviços, informações e documentos de seu conhecimento, bem como a exclusividade na utilização dos dados, durante e após a execução dos serviços contratados. Qualquer divulgação somente poderá ser levada a efeito mediante a autorização escrita da CONTRATANTE, e desde que sejam garantidos os créditos à Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ.

## **20.4. LOCAIS DAS REUNIÕES**

A CONTRATADA deverá obrigatoriamente participar de reuniões periódicas na sede da Cogic/ Fiocruz, localizada no Campus de Manguinhos - RJ, às quais deverão comparecer todos os responsáveis técnicos cuja presença se faça necessária, conforme convocação da CONTRATANTE.

As datas e horários para a realização das reuniões ficarão sob a responsabilidade da CONTRATANTE e serão agendadas em conjunto com a FISCALIZAÇÃO.

Todas as decisões discutidas e promovidas em reunião deverão ser registradas em ata, cuja elaboração é de responsabilidade da CONTRATADA, e que deverá ser encaminhada em até 02 (dois) dias úteis ao Gestor do contrato da CONTRATANTE.

## **20.5. REUNIÃO DE PARTIDA**

A 1ª reunião entre a CONTRATADA e a equipe de Fiscalização da CONTRATANTE acontecerá em até 5 (cinco) dias corridos após a assinatura do Contrato na sede da COGIC no Campus de Manguinhos, no Rio de Janeiro. Nesta reunião, a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão apresentar mutuamente as suas equipes técnicas.

## **20.6. DESPESAS**

Estarão a cargo da CONTRATADA as despesas referentes a:

- Quaisquer custos de deslocamentos;
- Impressões e plotagens, em quantas vias forem necessárias, a todas e quaisquer emissões de plantas, cadernos, documentos e demais produtos integrantes do escopo, necessários às atividades dos trabalhos, inclusive para as análises e aprovações pela CONTRATANTE;
- Envio de documentos à CONTRATANTE através de empresas de logística (correios, transportadoras);
- Subcontratações não previstas no edital que se façam necessárias para o atendimento pleno das diretrizes e escopo do objeto contratual.

## 21. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

**1º. Critérios de Sustentabilidade:** A CONTRATADA deverá gerenciar os resíduos da obra segundo as diretrizes da Resolução 307 de 5 de julho de 2002 da Conama, a saber:

- a) Os resíduos da construção civil deverão ser identificados, quantificados, classificados e destinados segundo a sua classe (A, B, C e D) estabelecida na resolução acima citada.
- b) A triagem deverá ser realizada, preferencialmente, na origem, ou ser realizada em áreas de destinação licenciadas para esta finalidade, respeitando as classes de resíduos.
- c) Os resíduos deverão ser acondicionados após sua geração até a etapa de transporte, assegurando, em todos os casos que seja possível, as condições de reutilização e de reciclagem.
- d) Os resíduos deverão ser transportados em conformidade com as normas para o transporte de resíduos, destinados somente a locais licenciados e acompanhados do Controle de Transporte de Resíduos.
- e) A documentação de Controle de Transporte de Resíduos deverá conter as assinaturas do gerador, do transportador e do receptor e deverá ser mantida no local da obra à disposição da fiscalização dos órgãos governamentais e da FIOCRUZ.
- f) A empresa deverá possuir permissão da prefeitura local para prestação do serviço de coleta de entulho, e cadastramento no órgão de limpeza urbana local.
- g) O material recolhido deverá ser destinado a locais e áreas previamente indicadas e autorizadas pela Prefeitura, através de seu órgão de limpeza urbana, e conforme a legislação vigente;
- h) Para retirada do entulho e para seu transporte até a destinação final, deverão ser utilizados equipamentos e veículos automotores, de responsabilidade da CONTRATADA, apropriados e licenciados conforme legislação vigente;
- i) Os serviços de retirada, transporte e descarte deverão ser executados por profissionais devidamente treinados para o desempenho da atividade, portando EPIs (equipamentos de proteção individual) adequados à realização do serviço;
- j) O processo de retirada, transporte e descarte do entulho, em local devidamente autorizado, é de inteira responsabilidade da Contratada;
- k) Apresentar, após atendimento da solicitação de retirada, transporte e descarte do entulho, uma certidão atestando a destinação final do material para local adequado, autorizado pelo órgão de limpeza urbana do município, no prazo máximo de 60 dias após a execução do serviço

**2º.** Além dos Critérios de Sustentabilidade, a contratação estabelece, também os seguintes requisitos:

- a) Todo e qualquer serviço deverá ser executado por profissionais habilitados e a CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, bem como, pelos danos decorrentes da realização dos referidos trabalhos.
- b) A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objeto do contrato.
- c) A CONTRATADA deverá garantir que os trabalhos executados estejam de acordo com seus deveres relativos à aquisição, utilização e defeitos de fabricação em materiais, às falhas cometidas pela mão-de-obra ou métodos de execução dos serviços e ao tempo de garantia do serviço, de conformidade com o disposto no Código Civil Brasileiro de 10 de janeiro de 2002, Parte especial, Livro I, Título VI, Capítulo VIII (Da Empregada).
- d) A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o recebimento definitivo dos serviços.



- e) Quaisquer desenhos e respectivos detalhes do projeto que se fizerem necessários deverão ser considerados como partes integrantes desta especificação. Em caso de dúvida quanto à interpretação dos desenhos deverá ser consultada a Equipe de Fiscalização de Obras do DAE.
- f) Em caso de divergência entre cotas de desenho e suas dimensões, medidas em escala, prevalecerão sempre as primeiras. Além disso, todas as medidas especificadas em projeto deverão ser conferidas no local antes da execução dos serviços.
- g) Todos os materiais e equipamentos aplicados/instalados na obra deverão ser novos, de primeira qualidade, conforme especificados em projetos, caderno de especificações e planilhas. No caso de não estarem especificados ou ser necessária qualquer modificação, os mesmos deverão ser apresentados previamente à Equipe de Fiscalização, que consultará a Equipe de Projetos do DAE que, por sua vez, poderá aprovar ou não os materiais e equipamentos apresentados, devendo o fato ser registrado no diário de obras.
- h) Todos os materiais e equipamentos fora de especificações técnicas, de má qualidade e/ ou em desacordo com o caderno de especificações serão recusados pela Equipe de Fiscalização do DAE, independente de aviso ou notificação. Em caso de dúvida quanto ao uso de materiais ou a instalação de equipamentos, deverá ser solicitada à Equipe de Fiscalização de Obras do DAE aprovação antecipada.
- i) Para comprovação do atendimento às especificações, no que tange aos materiais empregados ou equipamentos, a CONTRATADA deverá apresentar os resultados dos ensaios e testes preconizados por Normas e Especificações da ABNT e/ ou as notas fiscais de compra. No caso de dúvida, para a aprovação ou recebimento de materiais e equipamentos, a Equipe de Fiscalização de Obras do DAE poderá exigir às expensas da CONTRATADA, que sejam feitos testes complementares, de conformidade com as necessidades envolvidas.
- j) No cumprimento à Lei n.º 8.666/93, a CONTRATADA poderá utilizar materiais equivalentes aos especificados, sendo a equivalência determinada pelos critérios comparativos de:

Qualidade de padronização de medidas	Uniformidade de textura;
Qualidade de resistência	Composição química;
Uniformidade de coloração	Propriedade dúctil do material.

- k) Quaisquer alterações que a CONTRATADA deseje realizar naquilo que foi previamente estabelecido neste documento deverá ser apresentado através de solicitação formalizada e documentada onde constem argumentações pertinentes e que apresentem algum ganho potencial em prazo, qualidade e/ou que agreguem algum valor tangível aos serviços. A solicitação deverá conter os seguintes itens: objeto e objetivo da solicitação, justificativas (técnicas e legais) e sua(s) relevância(s). Essas solicitações deverão ser sempre assinadas pelo representante legal da CONTRATADA e validadas formalmente pela FioCruz.
- l) Finalmente, fica estabelecido que os projetos executivos de arquitetura e complementares, o caderno de especificações e as planilhas orçamentárias são complementares entre si, de modo que qualquer informação que se mencione em um documento e se omita em outro, será considerado especificado e válido. Já informações divergentes deverão ser relatadas à Equipe de Fiscalização do DAE, que encaminhará a alternativa correta a ser executada, conforme diretrizes a serem discutidas e aprovadas pelo coordenador do projeto e respectivos responsáveis técnicos.

3º. Os principais materiais entre outros elementos a serem disponibilizados para a contratação, estão detalhados nos Apêndices deste Projeto Básico.



## **22. ADMINISTRAÇÃO DA OBRA**

### **22.1. DOCUMENTAÇÃO GERAL**

Para o início dos trabalhos toda a documentação da CONTRATADA (CREA, INSS, Certidão Cível Negativa, etc.) deverá estar em dia, sendo apresentados comprovantes para a Equipe de Fiscalização de Obras do DAE.

A CONTRATADA deverá emitir a ART/CREA referente à execução das obras, sendo que os profissionais responsáveis pela gerência da obra deverão pertencer ao seu quadro técnico. A obra deverá ser executada pelo engenheiro responsável técnico, conforme ART específica.

### **22.2. CONTROLE DA OBRA**

A CONTRATADA deverá elaborar e submeter à Equipe de Fiscalização de Obras do DAE para aprovação os cronogramas de suprimento de materiais e mão de obra, visando com isto garantir que a obra não sofra atrasos devido a problemas de suprimento. Os materiais devem ser lançados no cronograma “postos em obra”, ou montados, no caso de fabricação e/ou transporte dos mesmos.

Juntamente com estes cronogramas, a CONTRATADA deverá apresentar um plano de trabalho onde deverão estar inclusas todas as providências que serão tomadas para garantir o cumprimento do prazo, explicitando, etapa por etapa, quais os recursos (maquinário, tecnologia e pessoal), que serão empregados.

A apresentação por parte da CONTRATADA do cronograma físico-financeiro da obra indicará as medições e as respectivas datas para pagamentos, não podendo ultrapassar os prazos estabelecidos em contrato.

### **22.3. EQUIPE TÉCNICA E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO**

A CONTRATADA deverá alocar engenheiros, encarregados, vigias e pessoal de escritório, necessários para a execução das tarefas inerentes ao serviço. Ressalta-se que os profissionais deverão estar habilitados para a realização dos serviços, receber equipamentos de proteção coletiva (EPC) e individual (EPI) adequados e que a empresa CONTRATADA assumirá integral responsabilidade, técnica, jurídica e trabalhista, pelos profissionais alocados.

A Equipe de Fiscalização de Obras do DAE poderá interromper a qualquer tempo a execução dos serviços sem ônus para a Fiocruz se constatar a falta de tais equipamentos. Não será permitido que qualquer operário exerça suas funções, dentro do local de trabalho, sem os seus equipamentos de proteção correspondentes.

A Fiocruz não emprestará e nem cederá, em hipótese alguma, equipamentos ou ferramentas de qualquer natureza para a execução dos serviços. Todos os equipamentos e ferramentas necessários são de responsabilidade da CONTRATADA.

### **22.4. GARANTIAS DOS SERVIÇOS DA OBRA DOS EQUIPAMENTOS INSTALADOS**

Todos os serviços executados estarão submetidos automaticamente aos prazos de garantia estipulados em legislação pertinente (Código Civil Brasileiro de 10 de janeiro de 2002, Parte especial, Livro I, Título VI, Capítulo VIII).

Todos os materiais e equipamentos instalados deverão apresentar prazo de garantia definido pelos fabricantes, ficando a CONTRATADA obrigada a substituí-los imediatamente, se necessário, dentro de suas respectivas garantias; sem ônus algum para a Fiocruz.

A CONTRATADA deverá apresentar a Equipe de Fiscalização de Obras do DAE, para arquivamento, todos os certificados de garantia dos materiais e aparelhos instalados na obra.

## **23. EQUIPE MÍNIMA DE PROFISSIONAIS PARA DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS**

### **23.1. DESCRIÇÃO**

Os quadros abaixo descrevem as atribuições e responsabilidades da EQUIPE MÍNIMA de profissionais exigidos por disciplina para o desenvolvimento dos projetos. Os demais profissionais que vierem a compor uma equipe de projeto, tais como, arquitetos e engenheiros, projetistas, técnicos, desenhistas, estagiários, cadistas, arquivistas, etc., deverão ser definidos pela empresa CONTRATADA sem custos adicionais à CONTRATANTE.

É admissível a multiplicidade de atribuições para um mesmo profissional, desde que legalmente habilitado.

As principais atribuições e responsabilidades dos membros da equipe mínima serão:

- Ser o responsável técnico pelo seu respectivo projeto;
- Coordenar a equipe de trabalho de sua respectiva disciplina atuando na gestão dos processos do projeto e acompanhando diretamente o que foi planejado e os resultados do desenvolvimento dos trabalhos dos profissionais da sua equipe;
- Coordenar as correções, complementações e alterações nos produtos gerados nas atividades de todas as etapas, conforme exigências e necessidades do processo do projeto reportando-as, tempestivamente e sistematicamente ao coordenador do projeto, incluindo, apresentação de propostas e alternativas de soluções técnicas formalizadas e protocoladas, ou ainda, solicitar alterações com justificativas técnicas para análise dos profissionais das outras disciplinas, conforme o caso;
- Todas e quaisquer atividades que estiverem relacionadas com a elaboração técnica do objeto contratual.



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**

Fundação Oswaldo Cruz

Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi

Profissional, competências e qualificações técnicas	Atribuições e Responsabilidades
<p><b>Testes de cargas:</b></p> <p>Empresa especializada em realização de teste de carga com respectivos instrumentos, equipamentos e equipe habilitada e treinada.</p> <p>Graduação em Engenharia Civil comprovada por meio de documento emitido pelo Conselho de Classe.</p> <p>Curriculo profissional comprovado por meio de CAT (Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA), no qual demonstre experiência em teste de carga em estruturas de edifícios existentes visando elaboração de projetos executivos para instalação de dispositivos de ancoragem, conforme NR 35.</p>	<p>Realizar testes de carga nas estruturas existentes em quantos pontos forem necessários e mediante indicação do responsável técnico pelo Projeto Executivo de para instalação de dispositivos de ancoragem (descrito abaixo).</p> <p>Possuir habilidade, competência técnica e treinamento para realização de serviços em altura, conforme Normas de Segurança do Trabalho.</p>
<p><b>Projeto para instalação de dispositivos ancoragem e sistema de linha de vida:</b></p> <p>Engenheiro Civil.</p> <p>Graduação em Engenharia Civil comprovada por meio de documento emitido pelo Conselho de Classe.</p> <p>Curriculo profissional comprovado por meio de CAT (Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA), no qual demonstre experiência em projetos para instalação de dispositivos de ancoragem e sistema de linha de vida, conforme NR 35.</p>	<p>O profissional deverá comprovar experiência na concepção e desenvolvimento de projetos de mesma natureza e filosofia, qual seja a elaboração de projeto para instalação de dispositivos de ancoragem e de Sistema de Linha de Vida (equipamentos de proteção) para edifícios, conforme determinações da NR35.</p> <p>Conhecer e inteirar-se dos prédios existentes como um todo e do projeto de estrutura metálica de painel em aço balístico para proteção das áreas das janelas do prédio principal. (fornecido pela CONTRATANTE Fiocruz), retirando daí os subsídios para o desenvolvimento e concepção do(s) melhor(es) dispositivo(s) a ser(em) adotado(s).</p> <p>Elaborar Projeto Executivo: Conceber e desenvolver todas as etapas do projeto com respeito à concepção técnica, intelectual e conceitual dos mesmos (do dimensionamento ao detalhamento), conforme exigências e necessidades, determinações da NR35.</p> <p>Ser o interlocutor junto ao Coordenador do Projeto e ao Fiscal da obra da CONTRATANTE Fiocruz, de modo a apresentar as soluções propostas e responder questionamentos visando a melhor e mais adequada solução técnica.</p> <p>Apresentar justificativas objetivas e pautadas em fatos qualitativos.</p> <p>Apresentar desenhos técnicos que subsidiem as justificativas.</p>

## 23.2. APROVAÇÃO DA EQUIPE

A empresa CONTRATADA deverá apresentar a equipe de profissionais que serão os responsáveis técnicos pela execução dos testes de carga e pela elaboração do Projeto Executivo propostos, com a experiência solicitada pela CONTRATANTE previamente ao início dos serviços.

Os produtos deverão ser desenvolvidos por profissionais legalmente habilitados, sendo indispensável o registro da respectiva ART ou RRT, a identificação do autor e sua assinatura em cada peça gráfica e documento técnico, de acordo com a disciplina específica.

Os profissionais relacionados para compor a equipe mínima (conforme detalhado no item anterior: Equipe de Profissionais / Descrição da Equipe Mínima), cuja comprovação de experiência profissional não foi exigida na fase de habilitação, deverão apresentar currículo para aprovação à equipe de FISCALIZAÇÃO em até 7 (sete) dias corridos após a assinatura do contrato.

A partir da data da apresentação da equipe, a CONTRATANTE terá 7 (sete) dias corridos para se manifestar quanto à aceitação desta equipe. Em caso de não aceitação pela CONTRATANTE de algum dos profissionais indicados, um novo profissional deverá ser apresentado em um prazo de 7 (sete) dias corridos.

As ART's e RRT's dos profissionais da equipe mínima aprovados pela FISCALIZAÇÃO ora envolvidos no presente serviço deverão ser apresentadas em um prazo máximo de 7 (sete) dias contados a partir da sua aprovação.

No entanto, a CONTRATADA só receberá a Ordem de Serviço para o início dos trabalhos após a entrega das ART's e RRT's dos profissionais habilitados durante a etapa de licitação à equipe de FISCALIZAÇÃO do Contrato.

Em caso de substituição do profissional após o início do projeto, a CONTRATADA se obriga a apresentar as ART's e RRT's dos novos profissionais em substituição ao profissional anterior em um prazo máximo de 7 (sete) dias após a sua aprovação pelo CONTRATANTE juntamente com a baixa das ART's e RRT's do profissional anterior.

Em caso de envio de ART's e RRT's à CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá enviar uma carta formal listando todos os registros anexos.

### **23.3. DESCRIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES QUANTO AO PROJETO**

O projeto deverá ser desenvolvido em estreita parceria com a CONTRATANTE, devendo a equipe técnica e Responsável Técnico da CONTRATADA manter permanente contato com a FISCALIZAÇÃO.

No entanto, é importante salientar que esta parceria CONTRATANTE/CONTRATADA não significa diluição das responsabilidades técnicas e legais da CONTRATADA.

No caso dos testes de carga e da elaboração do projeto executivo, terão sobre si a responsabilidade técnica por cada um dos serviços, conforme emissão das respectivas ARTs.

### **23.4. ALTERAÇÕES DE ESCOPO**

Fica reservado à CONTRATANTE o direito de resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissivo, não previsto no edital, nas especificações, nos anexos, entre quaisquer outros, que, de qualquer forma, se relacione direta ou indiretamente com o objeto da contratação.

Caso a CONTRATANTE determine modificações em quaisquer projetos e/ou desenhos e/ou documentos já aprovados, implicando alterações necessárias e/ou obrigatórias com vistas a uma melhor adequação do conteúdo e resultados do objeto contratado, estas deverão ser realizadas pela CONTRATADA. Nesse sentido, a CONTRATANTE atuará sob o que determina a Lei 8666/93.

Nos casos não abordados nas NBRs ou legislação vigente, poderão ser consideradas normas internacionais como ISO, ASHRAE, etc. Para incorporação de tais normas como procedimento válido para o desenvolvimento das atividades, a FISCALIZAÇÃO do contrato deverá formalmente aprovar o uso de tal norma específica.

Quaisquer alterações que a CONTRATADA deseje realizar naquilo que foi previamente estabelecido neste documento deverá ser apresentado através de solicitação formalizada e documentada onde constem argumentações pertinentes e que apresentem algum ganho potencial em prazo, qualidade e/ou que agreguem algum valor tangível aos serviços. A solicitação deverá conter os seguintes itens: objeto e objetivo da solicitação, justificativa (técnicas e legais) e sua relevância. Essas solicitações deverão ser sempre assinadas pelo representante legal da CONTRATADA e validadas formalmente pela FIOCRUZ.

### **23.5. PADRONIZAÇÃO DE PROJETOS E DOCUMENTOS**

A CONTRATANTE possui documentação específica e padronizada para o desenvolvimento de cada uma das atividades descritas no presente documento. Portanto, a CONTRATADA deverá desenvolver a documentação técnica e o material gráfico seguindo tais padrões, a serem disponibilizados à CONTRATADA em momento oportuno.

### **23.6. COMPATIBILIZAÇÃO E REVISÃO DE PROJETOS**

A empresa CONTRATADA deverá compatibilizar os projetos desenvolvidos entre si, a cada etapa e/ou sempre que solicitado pela CONTRATANTE. A compatibilização dos projetos é responsabilidade exclusiva da CONTRATADA. Caso sejam necessárias alterações e/ou revisões de projeto, em todas as etapas do empreendimento, inclusive na fase de construção, imputáveis a incompatibilidades ou vícios de projeto, estas revisões serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus para a FIOCRUZ.

### **23.7. CESSÃO DOS DIREITOS PATRIMONIAIS**

A CONTRATADA, de acordo com o art. 111 da Lei 8.666/1993, cederá os direitos patrimoniais relativos aos trabalhos elaborados, autorizando à plena e irrestrita utilização e adaptação dos serviços objetos dessa contratação.

### **23.8. CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES**

A CONTRATADA concorda em manter a mais completa confidencialidade quantos aos serviços, informações e documentos de seu conhecimento, bem como a exclusividade na utilização dos dados, durante e após a execução dos serviços contratados. Qualquer divulgação somente poderá ser levada a efeito mediante a autorização escrita da CONTRATANTE, e desde que sejam garantidos os créditos à Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ.

#### **23.8.1.1. Despesas**

Estarão a cargo da CONTRATADA as despesas referentes a:

- a) Viagens e hospedagens de sua própria equipe;
- b) Impressões e plotagens, em quantas vias forem necessárias, a todas e quaisquer emissões de plantas, cadernos, documentos e demais produtos integrantes do escopo, necessários às atividades dos trabalhos, tais como processos das análises e aprovações pela CONTRATANTE, inclusive as inerentes às modificações de projeto decorrentes de reprovações, incompatibilidades e vícios de projeto;
- c) Envio de documentos à CONTRATANTE através de empresas de logística (correios, transportadoras);
- d) Subcontratações não previstas no edital que se façam necessárias para o atendimento pleno das diretrizes e escopo do objeto contratual.

## **24. DOCUMENTAÇÃO TRABALHISTA**

Caberá à CONTRATADA o envio da seguinte documentação ao setor de Controle de Processos, no prazo de 10 a 5 dias antes de cada medição de serviços:

- Declaração de quantidade e dados dos funcionários na obra, projeto ou serviço conforme modelo a ser fornecido pela CONTRATANTE;
- Declaração de ausência de Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT, conforme modelo a ser fornecido pela CONTRATANTE;
- Folha de pagamento analítica e sintética com comprovantes de pagamento; Comprovante de fornecimento de vale



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**

**Fundação Oswaldo Cruz**

Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi

transporte;

- Comprovante de fornecimento de vale refeição, alimentação ou fornecimento de quentinhas; Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social - GFIP - completa; Guia da Previdência Social – GPS - com comprovante de pagamento;
- Guia de Recolhimento do FGTS - GRF com comprovante de pagamento;
- Em caso de desligamento de funcionários, por favor enviar a TRCT assinada pelo ex-funcionário e empresa.

Os documentos acima devem ser enviados por e-mail, mensalmente.

A Nota Fiscal referente aos serviços da respectiva medição só deverá ser emitida após a aprovação desta documentação pelo setor de Controle de Processos.





Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**

Fundação Oswaldo Cruz

Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi

## 25. APÊNDICES

Integram este Projeto Básico, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

Disciplina: Coordenação e ARQUITETURA (EPSJV/FIOCRUZ)				
Profissional responsável:	M <sup>a</sup> . Cristina F. Ribeiro	Registro no CAU/BR:	A18086 6	
		RRT CAU/BR:	9848981	
Tipo de documento	Título/Assunto e Nome do arquivo		Rev.	Data
Caderno de Encargos	EPSJV_CADERNO_ENCARGOS.pdf		A	09/2020
Cadastro com informações gerais	Plantas, cortes e fachadas gerais Prédio Principal, Biblioteca/Auditório, Pátio Circular e Castelo D´Água A230Z89A.pdf		A	09/2020
	Planta de informações com localização de caixas de piso - Área Frontal à Fachada Principal do Prédio Principal A230Z88A.pdf		A	09/2020
	Plantas, cortes e fachadas Prédio: Almoxarifado/Oficina e Subestação A247Z01A.pdf		A	09/2020
	Planta, cortes e detalhes Pátio Circular (para consulta visando substituição das telhas) C230A58A		A	03/2004
	Plantas e cortes Pátio Circular (para consulta visando substituição das telhas) C230A60A		A	03/2004
	Cortes e detalhes Pátio Circular (para consulta visando substituição das telhas) C230A61A		A	03/2004
Plantas de Projeto de Arquitetura (Estudo Preliminar)	Prédio do Almoxarifado, Oficina e Subestação Demolir-Construir A247X01A.pdf		A	09/2020
	Prédio do Almoxarifado, Oficina e Subestação Nova Esquadria A247X02A.pdf		A	09/2020
	Prédio Principal Venezianas Industriais – A Construir/Instalar A230X10A.pdf		A	09/2020
	Planta Baixa – Canteiro de obras A230X11A.pdf		A	09/2020



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**

Fundação Oswaldo Cruz

Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi

Disciplina: ARQUITETURA Estrutura Metálica – Proteção fachada e varandas			
Profissional responsável:	Marcela Furtado Green Pela INTEGRA Consultoria de Engenharia Contrato:030/2020 Processo: 25389.100125/2020-12	Registro no CAU/RJ:	A333913
		RRT/CAU-BR	SI10170830I00
Tipo de documento	Título/Assunto e Nome do arquivo	Rev.	Data
<b>Plantas de Projeto de Arquitetura (Executivo) da Estrutura Metálica – Proteção fachada e varandas</b>	Fachada principal / plantas baixa, vista e cortes A230A240A.pdf	A	09/2020
	Fachada principal / detalhes gerais A230A241A.pdf	A	09/2020
	Fachada varanda / plantas baixa, vista e cortes A230A242A.pdf	A	09/2020
	Fachada varandas / detalhes A230A243A.pdf	A	09/2020
	Mapa de esquadria A230A244A.pdf	A	09/2020
Nota: Os documentos originais poderão ser consultados, no entanto, o conteúdo está reproduzido nos documentos do Edital.			

Disciplina: ESTRUTURA – Proteção fachada e varandas			
Profissional responsável:	J. Eduardo V. Zúñiga Pela INTEGRA Consultoria de Engenharia Contrato:030/2020 Processo: 25389.100125/2020-12	Registro no CREA/RJ:	841052108-D
		ART - CREA	2020200077939
Tipo de documento	Título/Assunto e Nome do arquivo	Rev.	Data
<b>Plantas de Projeto Executivo da Estrutura Metálica – Proteção fachada e varandas</b>	EST 01 - Fach/vara locação e carga das fundações C230A238A.pdf	A	09/2020
	EST 02 - Fachada Principal Instalação dos Brises C230A236A.pdf	A	09/2020
	EST 03 - Fachada principal cortes e detalhes C230A243A.pdf	A	09/2020
	EST 04 - Varandas internas - instalação da blindagem C230A237A.pdf	A	09/2020
	EST 05 - Formas e armações das fundações C230A244A.pdf	A	09/2020
	EST 06 - Fachada principal - Parte A C230A245A.pdf	A	09/2020
	EST 07 - Fachada principal - Parte B C230A246A.pdf	A	09/2020
	EST 08 - Fachada principal - Parte C C230A247A.pdf	A	09/2020
	EST 09 - Fachada varandas plantas baixas e detalhes C230A248A.pdf	A	09/2020
	EST 10 - Fachada varandas vista e corte C230A249A.pdf	A	09/2020
Nota: Os documentos originais poderão ser consultados, no entanto, o conteúdo está reproduzido nos documentos do Edital.			



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**

Fundação Oswaldo Cruz

Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi

Disciplina: ESTRUTURA – Reforço Estrutural			
Profissional responsável:	J. Eduardo V. Zúñiga Pela empresa CAONCREMAT Engenharia e Tecnologia S/A Contrato: nº 027/2012 Processo: nº 25389.000197/2012-42	Registro no CREA/RJ:	841052108-D
		ART - CREA	IN00859887
Tipo de documento	Título/Assunto e Nome do arquivo	Rev.	Data
Plantas de Projeto Executivo de Reforço Estrutural e Relatório Técnico	Reforço Estrutural 1 de 2.pdf	A	11/2013
	Reforço Estrutural 2 de 2.pdf	A	09/2013
	Geométrico - Reforço Estrutural 1 de 2.pdf	A	06/2013
	Geométrico - Reforço Estrutural 2 de 2.pdf	A	06/2013
	Relatório Parcial: Projeto Executivo de Recuperação do Prédio do Almoarifado RTS_9.5.8.172-009_13 rev 1.pdf	A	11/2013
	Carta de Correção de Relatório Técnico - RTS_9.5.8.172-009_13 rev 1 - para a FIOCRUZ.pdf		10/2020

Nota: Os documentos originais poderão ser consultados, no entanto, o conteúdo está reproduzido nos documentos do Edital.

Disciplina: ELÉTRICA - SPDA – Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas			
Profissional responsável:	Jefferson Ilarindo	Registro no CREA/RJ:	2001109223
		ART - CREA	2020200158705
Tipo de documento	Título/Assunto e Nome do arquivo	Rev.	Data
Plantas de Projeto Executivo de Elétrica - SPDA	SPDA - Sistema de aterramento / EPSJV fachada principal/pl baixa, vistas e cortes E230A127A.pdf	A	09/2020
	SPDA - Sistema de aterramento / EPSJV fachada varanda / pl baixa, vistas e cortes E230A128A.pdf	A	09/2020

Disciplina: ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO			
Profissional responsável 01:	Leandro Mario Andrade José	Registro no CREA/RJ:	2010144505
		ART - CREA	2020200209292
Tipo de documento	Título/Assunto e Nome do arquivo	Rev.	Data
Anexos 5, 6, 7 e 8 do Edital	Anexos V.pdf Anexo VI.pdf Anexo VII.pdf	A	09/2020
Disciplina: ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO			
Profissional responsável 02:	Otavio Pereira Nogueira	Registro no CREA/RJ:	1983106613
		ART - CREA	2020200185250
Tipo de documento	Título/Assunto e Nome do arquivo	Rev.	Data



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**

Fundação Oswaldo Cruz

Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi

Nota: O orçamento da estrutura metálica de suporte e proteção balística, incluindo suas repercussões na arquitetura e no urbanismo existentes, são de responsabilidade técnica do engenheiro Otavio Pereira Nogueira vinculado à empresa INTEGRA Consultoria de Engenharia - Contrato:030/2020, Processo: 25389.100125/2020-12;  
Este orçamento faz parte do orçamento total para a obra como um todo. O documento original dessa parte poderá ser consultado, no entanto, o conteúdo está reproduzido nos documentos do Edital.

ART e RRT dos Responsáveis Técnicos	
RRT CAU/BR:	RRT_9848981_M_C_Ribeiro.pdf
	RRT_SI10170830I00_Marcela_Green.pdf
ART - CREA	ART_2020200077939_J_E_Zuniga.pdf
	ART_IN00859887_J_E_Zuniga.pdf
	ART_2020200158705_Jefferson_I.pdf
	ART_2020200209292_LeandroMario.pdf
	ART_2020200185250_Otavio_P_N.pdf

*Aprovo este Projeto Básico indicando os elementos técnicos fundamentais que o apoiam, bem como quanto aos elementos contidos no orçamento estimativo e no cronograma físico-financeiro de desembolso.*

*Coordenadora do Departamento de Arquitetura e Engenharia*

Ana Paula Garcia de Madeiros  
DAE/COGIC/FIOCRUZ  
SIAPE: 1791789